

# Até 22% das exportações da Amazônia e Cerrado para a UE podem vir de áreas desmatadas

Segundo estudo da revista "Science", é possível identificar quais fazendas em áreas desmatadas ilegalmente exportaram gado ou soja para a União Europeia

Por Agência O Globo, Valor — Rio de Janeiro

16/07/2020 16h16 · Atualizado há uma hora

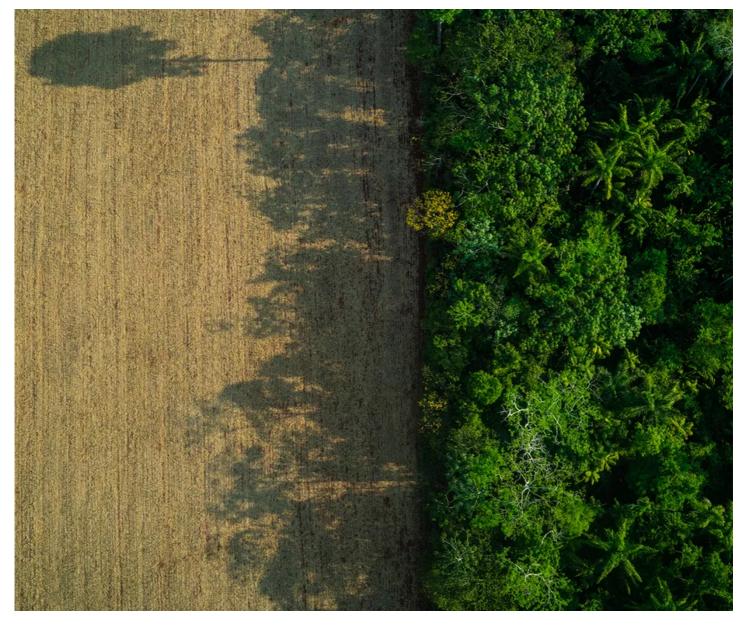


Foto: Fábio Nascimento/Greenpeace

Um estudo publicado na revista "Science" mostra que até 22% das exportações que saem da Amazônia e do Cerrado brasileiros para a União Europeia podem ter saído de áreas desmatadas ilegalmente. O estudo utilizou dados da safra entre 2016 e 2017 e cruzou informações de 815 mil propriedades rurais. Os pesquisadores afirmam que, a partir desse cruzamento, é possível identificar exatamente quais fazendas em áreas desmatadas ilegalmente exportaram gado ou soja para a União Europeia.

O estudo entitulado "The Rotten Apples of Brazil´s Agribusiness" (As maçãs podres do agronegócio do Brasil) foi realizado por 12 pesquisadores do Brasil, Estados Unidos e Alemanha. Eles cruzaram dados como os do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Guias de Trânsito Animal (GTA) para identificar as fazendas que exportaram gado ou soja após descumprirem as normas do Código Florestal.

A pesquisa indica que 45% das propriedades rurais na Amazônia e 48% das localizadas no Cerrado que produzem gado e soja para exportação não estão cumprindo o novo Código Florestal, que determina que 80% das áreas de floresta das fazendas localizadas na Amazônia sejam mantidas.

Após o cruzamento dos dados, os pesquisadores apontaram que dois milhões de toneladas de soja produzidas em áreas desmatadas ilegalmente podem ter chegado aos portos europeus entre 2016 e 2017. Desse total, 500 mil toneladas teriam sido produzidas em fazendas localizadas na Amazônia. O estudo também apontou que 4,1 milhões de cabeças de gado negociadas com frigoríficos que exportam para a União Europeia foram criadas em propriedades que podem ter sido alvo de desmatamento ilegal.

Para o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador Raoni Rajão, um dos autores do artigo, o estudo mostra que apenas 2% das propriedades rurais analisadas foram responsáveis por 60% do desmatamento ilegal detectado. Isso mostraria que o problema pode ser resolvido se as autoridades focarem nessas fazendas.

"O resultado do artigo mostra não só o problema, mas identifica quais são aqueles que estão trabalhando certo e os que estão trabalhando errado. O que nós gostaríamos de propor é que essa metodologia, que foi desenvolvida por uma universidade brasileira, possa ser adotada pelo governo para poder melhorar a gestão das cadeias produtivas", afirmou Rajão.

O estudo é publicado em um momento particularmente difícil para o governo brasileiro, que vem sendo questionado no Brasil e no exterior em relação à sua política ambiental. Nas últimas semanas, um grupo de procuradores da República pediu o afastamento do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, alegando que ele vem trabalhando para desmontar as estruturas de proteção ambiental em vigor no país.

## Cobrança interna e externa

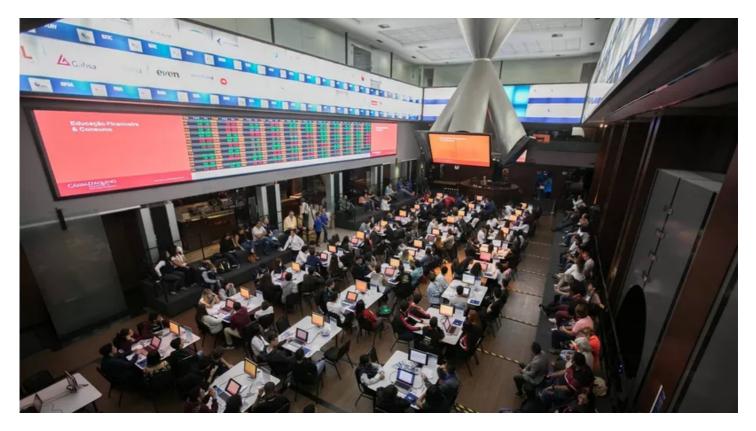
No exterior, países como a França estão questionando o compromisso do Brasil com a pauta ambiental e ameaçam não ratificar o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul por conta do avanço do desmatamento e das queimadas na Amazônia.

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) mostram uma tendência de mais uma alta nas taxas de desmatamento da Amazônia. Entre agosto de 2018 e julho de 2019, o desmatamento apontado pelo Inpe foi de 10,1 mil quilômetros quadrados. Em junho deste ano, a taxa de desmatamento chegou a 1 mil quilômetros quadrados, 10% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado.

Para Rajão, o artigo mostra que o governo pode atuar para evitar um grande prejuízo ao agronegócio brasileiro causado por um grupo relativamente pequeno de produtores. "O estudo mostra que o governo pode atuar de forma precisa para evitar que 100% do nosso agronegócio seja punido por conta de um número limitado de produtores que atuam de forma ilegal caso o acordo não seja ratificado", afirmou o pesquisador.

### Pesquisa: 40% dos investidores estão migrando dos fundos tradicionais para ETFs

O estudo do Greenwich Research ouviu agentes autônomos, assessores, consultores e planejadores financeiros sobre o comportamento de seus clientes investidores



16/07/2020 17:46 — Em Finanças

#### Tereza Cristina volta a dizer que Brasil se comunica mal em questões ambientais

Ministra da Agricultura também saiu em defesa do criticado Ricardo Salles, do Meio Ambiente



16/07/2020 17:43 — Em Agronegócios

## Commodities: Boa demanda por milho americano impulsiona cereal em Chicago

Soja também subiu, enquanto as cotações do trigo recuaram

16/07/2020 17:41 — Em Agronegócios

#### "Queremos abrir grande diálogo para ouvir educadores", afirma novo ministro

Milton Ribeiro tomou posse nesta quinta comprometendo-se com laicidade do ensino público



16/07/2020 17:27 — Em Política

#### Câmara aprova adesão do Brasil ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

O acordo foi celebrado em 2015, mas o Brasil adiou sua entrada por problemas fiscais e até hoje não ratificou sua participação



16/07/2020 17:26 — Em Política

## Correios fará audiência pública para selecionar parcerias em distribuição de seguros

As empresas interessadas devem de se inscrever até sexta-feira (17), por meio do endereço eletrônico sucom-devar@correios.com.br

16/07/2020 17:11 — Em Finanças

**VEJA MAIS**